## \*\*\*ATAS DE REGISTRO DE PREÇO\*\*\*

## PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO № 121/2025 (PMP 22675/2025)

Na licitação supra cujo objeto é "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação, transporte, instalação, remoção e sucção de dejetos de banheiros químicos, destinados ao atendimento dos eventos constantes no Calendário Oficial do Município, bem como de demais eventos e necessidades que venham a ocorrer no Município de Pindamonhangaba, pelo período de 12 meses, prorrogáveis por igual período", foi firmada a Ata de Registro de Preços nº 385/2025, de 04/11/2025, vigente por 12 meses, assinando pela contratante e como gestor da ata, o Sr.

## PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº 119/2025 (PMP 22463/2025)

Alexandre Pereira Costa, e pela con-

tratada, empresa STP - SISTEMA DE

TRANSPORTES PRATICOS LTDA, o

Sr. Sergio Toledo Piza

Na licitação supra cujo objeto é "aquisição de kits lanche abrigo, garrafas de água 500ml e sachês de suco em pó para atender as necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social", foi firmada a Ata de Registro de Preços nº 383/2025, de 29/10/2025, vigente por 12 meses, assinando pela contratante e como gestora da ata, a Sra. Andrea Aparecida Barreto dos Santos, e pela contratada, empresa NINE DIGITAL BANK CERTIFICAÇÃO DIGITAL E SOLUÇÕES EMPRESARIA, o Sr. Ser-

\*\*\*LICITAÇÃO DESERTA\*\*\*

gio Ventureli da Silva Junior.

## CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELE-TRÔNICA N° 014/2025 (PMP 21342/2025)

A autoridade superior, nos termos do Decreto 5.828 de 21 de julho de 2020, face à manifestação do pregoeiro, declarou em 03/11/2025 DESERTA, a concorrência supra cujo objeto é "Contratação de empresa especializada para a Ampliação da Unidade de Estratégia Saúde da Família (ESF) Santa Cecília", com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

CMDCA - CONSELHO MUNICII
DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE

PINDAMONHANGABA

CONVOCAÇÃO

uso de suas atribuições legais vem convocar os Senhores(as) Conselheiros(as), Suplentes e o público em geral a participarem da 12º Reunião (Extraordinária) a se realizar exclusivament

on line pelo link da videochamada: https://meet.google.com/p-

DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

12ª Reunião (Extraordinária) do CMDCA

Quinta-feira, 13 de novembro · 8:30 - 9:30am

Mulher e a Família.

2025. (Retificado)

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no

- Aprovar a Resolução 158/2025 que indicará um Conselheiro Titular e um Suplente para

fazerem parte da Comissão para elaboração do Plano Decenal das Medidas Socioeducativas, conforme previsto na Lei Federal N.º 12.584/2012, que dispõe do

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) SISTEMA NACIONAL

Pindamonhangaba, 07 de novembro de 2025.

Rodolfo Brockhof

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E DAS DATAS DO CRONOGRAMADO DAS ATIVIDADES DO EDITAL O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher nos termos da Lei Municipal nº 4.985, de 10 de novembro de 2009, no uso de suas atribuições legais,

por meio da comissão eleitoral, resolve retificar o item 1.3 da publicação do resultado final antes do prazo recursal. Diante disso, será alterada as datas do cronograma das atividades conforme

ndendo a Lei Municipal nº 4.985 de 10 de novembro de 2009, Regimento Intern

Alendendo a Lei Municipai nº 4,965 de 10 de novembro de 2009, Regimento interno Vigente e Edital de Convocação para Elejão de Representantes da Sociedade Civil para o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Pindamonhangaba, a Comissão Eleitoral em seu litem 1.3 "Publicação do Resultado Final" vem por meio deste homologar o resultado.

das Organizações e Movimentos Sociais selecionados após a apresentação dos requisitos de Edital de Convocação das inscrições 3.1, 3.1, 3.1,2 e 3.1.3.

Os casos indeferidos serão encaminhados através do e-mail eletrônico o qual deram

origem as candidaturas, para que possam recorrer ao prazo recursal estipulado no referido edital. A Organização deverá responder ao recurso pelo e-mail oficial do CMDM (cmdm@pindamonhangaba.sp.gov.br) até 13/11/2025 as 23:59.

o dos trabalhadores - Diretório Municipal

Promotoras
Pindamonhangaba.
SINDMECP - Sindicato do Metalúrgicos de Deferido

Retificação do cronograma das atividades do Edital publicado em 16 de Outubro de 2025.

1 – Cronograma das atividades:
1.1. PUBLICAÇÃO DO EDITAL – 16 de Outubro de 2025.
1.2. PERÍODO DE INSCRIÇÕES – 17 a 27 de Outubro de 2025.
1.3. PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL - 07 de Novembro 2025. (Retificado com data de publicação 11/1/2025)
14. PRAZO PARA RECURSO – 11 a 13 de Novembro de 2025. (Retificad)

ficado) 1.5. PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL – 19 de Novembro de 2025.

(Retificado) 1.6. ELEIÇÃO – 24 de Novembro de 2025. (Retificada) 1.7. PUBLICAÇÃO DO RESULTADO ELEIÇÃO – 27 de novembro de

Os demais itens e dispositivos constantes do Edital publicado em 16 de outubro de 2025, permanecem inalterados.

Maristela Apolinário Guerrero Mora Meilai Jesus Shen Suliara de Fátima Jorge Augusto

Comissão Eleitoral

Portaria Interna nº 115 da Secretaria Municipal de Educa-

Dispõe sobre as normas e procedimentos que regulamentam

o processo de remoção de sede dos Professores de Educação Basica I da Rede Municipal de Ensino de Pindamonhangaba, re-

Luciana de Oliveira Ferreira, Secretária Municipal de Educa-

**Art. 1º** - <u>ALTERAR</u> dispositivos da Portaria Interna nº 113 da SME, de 05 de novembro de 2025, para vigorar conforme se-

Art. 7º A inscrição dos docentes interessados em participar do

processo de remoção será realizada exclusivamente por meio

Pindamonhangaba, 07 de Novembro de 2025

cão, de 10 de novembro de 2025.

ção, no uso de suas atribuições legais,

ferente ao ano letivo de 2026.

RESOLVE

gue:

de Pindamonhangaba.

SINDSERV - Sindicato dos Servidores

SINDSERV - Sindicato uos Públicos Municipais de Pidamonhangaba.

Promotoras Legais Populares

Pindamonhangaba, Moreira César e Região Sociedade Civil Angelita Claudino dos Santos

Firmino
ACIP - Associação Comercial e Industrial de
Pindamonhangaba / CMEC.
Igreja Evangélica Assembléia de Deus
Ministério de Madureira, Pindamonhangaba
Casa Anchieta de Barros

Paróquia São Cristóvão Indeferido.

OAB - Orqualização dos Advogados do Brasil
APECESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado do São Paulo
CEPAH - Centro de Promoção e Assistência à Indeferido.

Deferido

Indeferido

quadros abaixo: Retificação do item 1.3 Publicação do Resultado Final.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

classificados no Concurso Público nº001/2023 para apresentação de documentos. EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DA PLATAFORMA 1DOC DESTA PREFEITURA. conforme instruções a seguir

## ASSISTENTE DE SERVIÇOS GERAIS:

## DOCUMENTOS A ENVIAR - EM ARQUIVO PDF

- Cédula de Identidade RG (não pode ser substituído por CNH);
- CPF (caso não conste no RG);
- Certificado de quitação/regularidade com o Serviço Militar obrigatório (sexo
- masculino até 45 anos de idade): Comprovante de votação da última eleição (os candidatos que justificaram a
- Carteira de Trabalho Digital (parte de dados pessoais); Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - página da foto e da
- qualificação (se possuir);
- Atestado de Antecedentes Criminais;
- Comprovante de residência (em nome do candidato, ou dos pais, se for solteiro ou do cônjuge, se for casado);
- Se possuir dependentes Certidão de Nascimento dos filhos e/ou dependentes; Caderneta de Vacinação dos filhos de 0 a 5 anos; Declaração

## ttps://pindamonhangaba.1doc.com.br/atendimento

- Clicar em Protocolo.
- Ir para assunto:
  - o Concurso Público 001/2023 Convocação: ASSISTENTE DE SERVICOS GERAIS
- da Declaração de Vínculo de Cargo/Emprego e/ou Proventos públicos, todos digitalizados em arquivo pdf.
- Assinar digitalmente (assinatura1doc).
- Enviar (atentando-se ao prazo estabelecido neste edital).

- O não envio de todos os documentos no prazo indicado acarretará a desclassificação do candidato considerando a tácita desistência da vaga.
- Protocolo aberto para envio dos documentos, enviando através dele as informações, solicitações e agendamentos para cumprir todo o processo da admissão, portanto <u>é imprescindível acompanhar o andamento do seu</u> protocolo. Após conferidos e considerados em conformidade com as exigências será
- agendado (via 1Doc mesmo protocolo) data para o comparecimento no Departamento de Recursos Humanos para assinar Ata da Atribuição do Emprego e encaminhamento para exame médico pré-admissional. O não cumprimento dessa fase (não comparecimento) também será considerado como tácita desistência da vaga pelo candidato, ocasionando a sua desclassificação deste concurso público

## **EDUARDO CURSINO** SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - MODALIDADE HÍBRIDA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONVENCIONAIS - CENACOAGRO - CNPJ 58.026.232/0001-07, no das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social, convoca a cooperativas filiadas, para comparecerem à **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA NA MODALIDADE HÍBRIDA** (presencial e digital) a r-se no dia 27 de Novembro de 2025, tendo como local para a forma cial, a Sede da Central localizada na Rua Antônio de Barros, 253 Tatuapė - São Paulo - SP CEP 03089-000, e a forma digital por vid onferência será realizado pela plataforma Google Meet. A primeir onvocação se dará às 12 (doze) horas com a presença de 2/3 de seu associados, às 13 (treze) horas em segunda convocação com a presen de metade mais 01 (um) de seus associados, ou, às 14 (quatorze) hor ivocação com a presença de no

Renúncia da Diretora Administrativa. Eleição para o cargo vago.

MARCOS CESAR SOARES

Nota 01. Link da reunião Google Meet: meet.google.com/pqq-wcve-cqf



Pindamonhangaba/SP Criado pela Lei Municipal nº 3.773, de 07 de fevereiro de 2001 Alterado pela Lei Municipal nº 5.867 de 16 de dezembro de 2015.

# EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAE - CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

VOCA todos os Conselheiros Titulares e Suplentes deste Conselho para a Reunião Ordinária do CAE, que se realizará no dia 12 de Novembro (quarta-feira) às 13 horas, na Sala de Reunião da Secretaria Municipal de Educação, situada à Rua General Júlio Salgado, 996, Tabaú.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- Apresentação e atualização do Plano de Ação. - Divisão das atribuições para cada membro

- Atualização das visitas realizadas nas Unidades Escolares.

Pindamonhangaba, 07 de novembro de

Luciana Andreia Saquetti Rosas Presidente do CAE

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023 CONVOCAÇÃO

Convocamos o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), classificados no Concurso Público nº 001/2023 para apresentação de documentos, EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DA PLATAFORMA 1DOC DESTA PREFEITURA. conforme instruções a seguir

## **AUXILIAR DE ENFERMAGEM:**

39° JANE APARECIDA DA COSTA DOS SANTOS

# DOCUMENTOS A ENVIAR - EM ARQUIVO PDF

- Cédula de Identidade RG (não pode ser substituído por CNH); CPF (caso não conste no RG);
- Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (se não possuir, fazer declaração simples constando que não possui, que nunca foi cadastrado por nunca ter tido emprego formal, efetivo ou temporário e nem em serviço público); Certificado de quitação/regularidade com o Serviço Militar obrigatório (sexo
- masculino até 45 anos de idade); Comprovante de votação da última eleição (os candidatos que justificaram a
- ausência nas eleições ou não possuam o comprovante, deverão apresentar certidão de quitação eleitoral);
- Carteira de Trabalho Digital (parte de dados pessoais);
- Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS página da foto e da qualificação (se possuir);
- Certidão de Casamento (se for o caso);
- Certificado de conclusão do curso de Ensino Médio:
- Certificado de conclusão do curso de Auxiliar de Enfermagem Comprovante de 6 (seis) meses de experiência na área de atuação após
- registro no COREN; Registro no COREN-SP;
- Atestado de Antecedentes Criminais; Comprovante de residência (em nome do candidato, ou dos pais, se for
- solteiro ou do cônjuge, se for casado); Se possuir dependentes Certidão de Nascimento dos filhos e/ou
- dependentes; Caderneta de Vacinação dos filhos de 0 a 5 anos; Declaração de Escolaridade dos filhos de 6 a 14 anos incompletos (será necessário informar o CPF do dependente também).

PRAZO DE ENVIO: a partir da data de publicação desta convocação até 18/11/2025 FORMA DE ENVIO (1DOC): Entrar no navegador Google e seguir os passos abaixo

https://www.atendimento.pindamonhangaba.sp.gov.br

- Digitar o assunto: o Concurso Público 001/2023 - Convocação: AUXILIAR DE
- ENFERMAGEM. Clicar no Assunto.
- Clicar em "Abrir online > Via protocolo 1Doc".
- · Colocar o e-mail e prosseguir
- · Anexar os documentos relacionados e o formulário (preenchido e assinado)
- da Declaração de Vínculo de Cargo/Emprego e/ou Proventos públicos, todos digitalizados em arquivo pdf. Assinar digitalmente (assinatura 1doc).
- Enviar (atentando-se ao prazo estabelecido neste edital).

## IMPORTANTE: O não envio de todos os documentos no prazo indicado acarretará a

- desclassificação do candidato considerando a tácita desistência da vaga. O Departamento de Recursos Humanos manterá o contato através do
- Protocolo aberto para envio dos documentos, enviando através dele as informações, solicitações e agendamentos para cumprir todo o processo da admissão, portanto é imprescindível acompanhar o andamento do seu protocolo. Após conferidos e considerados em conformidade com as exigências será
- agendado (via 1Doc mesmo protocolo) data para o comparecimento no Departamento de Recursos Humanos para assinar Ata da Atribuição do Emprego e encaminhamento para exame médico pré-admissional. O não cumprimento dessa fase (não comparecimento) também será considerado como tácita desistência da vaga pelo candidato, ocasionando a sua desclassificação deste concurso público. **EDUARDO CURSINO**

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023 CONVOCAÇÃO

Convocamos o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), classificados no Concurso Público n º001/2023 para apresentação de documentos, EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DA PLATAFORMA 1DOC DESTA PREFEITURA, conforme instruções a seguir:

# AUXILIAR DE CLASSE:

12º DIANA VITAL PEREIRA DOS SANTOS

## DOCUMENTOS A ENVIAR - EM ARQUIVO PDF Cédula de Identidade – RG (não pode ser substituído por CNH);

- CPF (caso não conste no RG); • Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (se não possuir, fazer declaração
- simples constando que não possui, que nunca foi cadastrado por nunca ter tido emprego formal, efetivo ou temporário e nem em serviço público); Certificado de quitação/regularidade com o Serviço Militar obrigatório (sexo masculino até 45 anos de idade);
- Comprovante de votação da última eleição (os candidatos que justificaram a ausência nas eleições ou não possuam o comprovante, deverão apresenta certidão de guitação eleitoral):
- Carteira de Trabalho Digital (parte de dados pessoais); Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - página da foto e da
- qualificação (se possuir); Certidão de Casamento (se for o caso); Certificado de conclusão do curso de Ensino Médio;
- Comprovante de 6 (seis) meses de experiência na área de atuação; Atestado de Antecedentes Criminais;
- Comprovante de residência (em nome do candidato, ou dos pais, se for
- solteiro ou do côniuge, se for casado): Se possuir dependentes - Certidão de Nascimento dos filhos e/ou
- dependentes: Caderneta de Vacinação dos filhos de 0 a 5 anos: Declaração de Escolaridade dos filhos de 6 a 14 anos incompletos (será necessário informar o CPF do dependente também).

PRAZO DE ENVIO: a partir da data de publicação desta convocação até 18/11/2025 FORMA DE ENVIO (1DOC):

## Entrar no navegador Google e seguir os passos abaixo: https://pindamonhangaba.1doc.com.br/atendimento

- Clicar em Protocolo.
- Colocar o seu e-mail e clicar em prosseguir
- Ir para assunto o Concurso Público 001/2023 - Convocação: AUXILIAR DE CLASSE
- Anexar os documentos relacionados e o formulário (preenchido e assinado) da Declaração de Vínculo de Cargo/Emprego e/ou Proventos públicos, todos
- digitalizados em arquivo pdf. Assinar digitalmente (assinatura1doc). • Enviar (atentando-se ao prazo estabelecido neste edital).
- IMPORTANTE:

## • O não envio de todos os documentos no prazo indicado acarretará a desclassificação do candidato considerando a tácita desistência da vaga.

- O Departamento de Recursos Humanos manterá o contato através do Protocolo aberto para envio dos documentos, enviando através dele as
- informações, solicitações e agendamentos para cumprir todo o processo da admissão, portanto <u>é imprescindível acompanhar o andamento do seu</u> Após conferidos e considerados em conformidade com as exigências será
- agendado(via 1Doc mesmo protocolo) data para o comparecimento no Departamento de Recursos Humanos para assinar Ata da Atribuição do Emprego e encaminhamento para exame médico pré-admissional. O não cumprimento dessa fase (não comparecimento) também será considerado como tácita desistência da vaga pelo candidato, ocasionando a sua desclassificação deste concurso público.

# CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023 CONVOCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

Convocamos o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), classificados no Concurso Público nº 001/2023 para apresentação de documentos, EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DA PLATAFORMA 1DOC DESTA PREFEITURA, conforme instruções a seguir:

TN) Tribuna do Norte

## AJUDANTE: 28° LUIZ GUSTAVO MOURA DO PRADO

# DOCUMENTOS A ENVIAR - EM ARQUIVO PDF

- Cédula de Identidade RG (não pode ser substituído por CNH);
- CPF (caso n\u00e3o conste no RG); Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (se não possuir, fazer declaração simples constando que não possui, que nunca foi cadastrado por nunca ter
- tido emprego formal, efetivo ou temporário e nem em serviço público); Certificado de quitação/regularidade com o Serviço Militar obrigatório (sexo masculino até 45 anos de idade);
- Comprovante de votação da última eleição (os candidatos que justificaram a
- ausência nas eleições ou não possuam o comprovante, deverão apresentar certidão de quitação eleitoral); Carteira de Trabalho Digital (parte de dados pessoais);
- Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS página da foto e da
- qualificação (se possuir);
- Certidão de Casamento (se for o caso);
- Certificado de conclusão do curso de Ensino Fundamental;
- Atestado de Antecedentes Criminais;
- Comprovante de residência (em nome do candidato, ou dos pais, se for
- solteiro ou do cônjuge, se for casado); Se possuir dependentes - Certidão de Nascimento dos filhos e/ou dependentes; Caderneta de Vacinação dos filhos de 0 a 5 anos; Declaração de Escolaridade dos filhos de 6 a 14 anos incompletos (será necessário informar o CPF do dependente também).

PRAZO DE ENVIO: a partir da data de publicação desta convocação até 18/11/2025 FORMA DE ENVIO (1DOC):

https://pindamonhangaba.1doc.com.br/atendimento Clicar em Protocolo.

Entrar no navegador Google e seguir os passos abaixo:

- Colocar o seu e-mail e clicar em prosseguir Ir para assunto
- o Concurso Público 001/2023 Convocação: AJUDANTE.
- Anexar os documentos relacionados e o formulário (preenchido e assinado) da Declaração de Vínculo de Cargo/Emprego e/ou Proventos públicos, todos digitalizados em arquivo pdf.
- Assinar digitalmente (assinatura1doc).
- Enviar (atentando-se ao prazo estabelecido neste edital).

## IMPORTANTE:

 O não envio de todos os documentos no prazo indicado acarretará a desclassificação do candidato considerando a tácita desistência da vaga. • O Departamento de Recursos Humanos manterá o contato através do

Protocolo aberto para envio dos documentos, enviando através dele as

- informações, solicitações e agendamentos para cumprir todo o processo da admissão, portanto é imprescindível acompanhar o andamento do seu protocolo. • Após conferidos e considerados em conformidade com as exigências será agendado(via 1Doc - mesmo protocolo) data para o comparecimento no
- Departamento de Recursos Humanos para assinar Ata da Atribuição do Emprego e encaminhamento para exame médico pré-admissional. O não cumprimento dessa fase (não comparecimento) também será considerado como tácita desistência da vaga pelo candidato, ocasionando a sua desclassificação deste concurso público.

**EDUARDO CURSINO** SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023 CONVOCAÇÃO

Convocamos o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), classificados no Concurso Público nº 001/2023 para apresentação de documentos, EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DA PLATAFORMA 1DOC DESTA PREFEITURA. conforme instruções a seguir

## PSICÓLOGO: 2ºPCD GENIVAL OLIVEIRA DE SOUZA

DOCUMENTOS A ENVIAR - EM ARQUIVO PDF

- Cédula de Identidade RG (não pode ser substituído por CNH);
- CPF (caso n\u00e3o conste no RG): • Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (se não possuir, fazer declaração simples constando que não possui, que nunca foi cadastrado por nunca ter
- masculino até 45 anos de idade); Comprovante de votação da última eleição (os candidatos que justificaram a
- ausência nas eleições ou não possuam o comprovante, deverão apresentar certidão de quitação eleitoral): Carteira de Trabalho Digital (parte de dados pessoais);
- qualificação (se possuir);
- Comprovante de 6 (seis) meses de experiência na área de atuação após registro no CRP; Registro no CRP-SP;

Diploma de conclusão do curso superior em Psicologia;

Comprovante de residência (em nome do candidato, ou dos pais, se for solteiro ou do cônjuge, se for casado); Se possuir dependentes – Certidão de Nascimento dos filhos e/ou dependentes: Caderneta de Vacinação dos filhos de 0 a 5 anos: Declaração

informar o CPF do dependente também) PRAZO DE ENVIO: a partir da data de publicação desta convocação até 18/11/2025

## Entrar no navegador Google e seguir os passos abaixo: https://www.atendimento.pindamonhangaba.sp.gov.br

Atestado de Antecedentes Criminais;

- Clicar em "Abrir online > Via protocolo 1Doc".
- Colocar o e-mail e prosseguir. Anexar os documentos relacionados e o formulário (preenchido e assinado) da Declaração de Vínculo de Cargo/Emprego e/ou Proventos públicos, todos
- Assinar digitalmente (assinatura 1doc). ■ Enviar (atentando-se ao prazo estabelecido neste edital)

# IMPORTANTE:

- O não envio de todos os documentos no prazo indicado acarretará a desclassificação do candidato considerando a tácita desistência da vaga
- Protocolo aberto para envio dos documentos, enviando através dele as informações, solicitações e agendamentos para cumprir todo o processo da admissão, portanto <u>é imprescindível acompanhar o andamento do seu</u> protocolo.

Após conferidos e considerados em conformidade com as exigências será agendado (via 1Doc - mesmo protocolo) data para o comparecimento no

**EDUARDO CURSINO** SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

# Educação, <u>CONVOCADOS</u> a participarem, na data e horário abaixo, da <u>9ª Reunião Ordinária de 2025</u>, cuja pauta segue:

Parecer sobre a formação do CONSEG Registro de demandas dos Conselheiros.

Henrique Moreira de Morais Presidente

CONVOCAÇÃO

Convocamos o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s),

87° FELIPE RODRIGUES FEITOZA

Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (se não possuir, fazer declaração

simples constando que não possui, que nunca foi cadastrado por nunca ter tido emprego formal, efetivo ou temporário e nem em servico público):

ausência nas eleições ou não possuam o comprovante, deverão apresentar certidão de quitação eleitoral);

Certidão de Casamento (se for o caso); Certificado de conclusão do curso de Ensino Fundamental;

de Escolaridade dos filhos de 6 a 14 anos incompletos (será necessário PRAZO DE ENVIO: a partir da data de publicação desta convocação até 18/11/2025

FORMA DE ENVIO (1DOC): Entrar no navegador Google e seguir os passos abaixo:

· Colocar o seu e-mail e clicar em prosseguir

• Anexar os documentos relacionados e o formulário (preenchido e assinado)

# **IMPORTANTE**

- O Departamento de Recursos Humanos manterá o contato através do

AGRICULTURA FAMILIAR, ORGÂNICAS, AGROECOLÓGICAS E



Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE

A presidente do Conselho de Alimentação Escolar, no uso de suas atribuições, CON-

- Apresentação e atualização do Regimento do CAE.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

educapinda.net.br, no período compreendido entre às 6h do dia 07/11/2025 **e às 17h30 do dia 10/11/2025**. Art. 9º A publicação das inscrições deferidas será realizada no dia 10/11/2025, após às 18h, por meio da plataforma digital 1Doc e pelo site www.educapinda.net.br.

de formulário eletrônico, disponível no site institucional www.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publica Pindamonhangaba, 10 de novembro de 2025.

Luciana de Oliveira Ferreira Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO

9ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Criado pela Lei Municipal 2.532/91 e alterado pela Lei Municipal nº 5.194/2011 Site Oficial: educapinda.net.br/cme

tido emprego formal, efetivo ou temporário e nem em serviço público); Certificado de quitação/regularidade com o Serviço Militar obrigatório (sexo

 Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS – página da foto e da Certidão de Casamento (se for o caso);

de Escolaridade dos filhos de 6 a 14 anos incompletos (será necessário

 Digitar o assunto: Concurso Público 001/2023 - Convocação: PSICÓLOGO.

digitalizados em arquivo pdf.

FORMA DE ENVIO (1DOC):

• O Departamento de Recursos Humanos manterá o contato através do

Departamento de Recursos Humanos para assinar Ata da Atribuição do Empredo e encaminhamento para exame médico pré-admissional. O não cumprimento dessa fase (não comparecimento) também será considerado como tácita desistência da vaga pelo candidato, ocasionando a sua desclassificação deste concurso público.

Ratificação da ATA da reunião de outubro/2025:

Informes Gerais.

Local: Virtual pelo Google Meet Acesse pelo link: meet.google.com/ccm-nzkq-qzw

Apresentação de dois novos integrantes do Conselho; Escolha de um suplente para o CACS FUNDEB, conforme Ofício rece-

Data: 12 de novembro de 2025 (quarta-feira) Horário: 18h (dezoito horas) – primeira chamada e 18h15 (dezoito horas e quinze minutos) - segunda e última chamada.

Ficam TODOS os conselheiros, membros deste Conselho Municipal de

**EDUARDO CURSINO** SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**PÁG.**13

10h

08h

00 grupo(s) 40h

MEIOS DE VERIFICAÇÃO



## EDITAL CMDCA Nº 02/2025

TN Tribuna do Norte

EDITAL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PARA SELEÇÃO DE PROPOSTAS PARA EXECUÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIÇO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pindamonhangaba - CMDCA, criado pela  $\overline{\stackrel{\circ}{\operatorname{Lei}}}$  nº 2626/91, no uso de suas atribuições e conforme deliberação na  $6^a$  Reunião Ordinária do CMDCA realizada em 15 de maio de 2025.

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 4.140, de 23 de março de 2004, que dispõe sobre a criação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Considerando o disposto na Lei Federal nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando a Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente com alteração pela Resolução CONANDA nº 194, de 10 de julho de 2017;

Considerando as Resoluções CMDCA nº 2/2010, e nº15/2012, que fixa critérios para aprovação de programas, projetos e ações a serem financiados com recursos do FUMCAD; Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entr

a administração pública e as organizações da sociedade civil e Decreto 8.726/2016 que a regulamenta;

## CRONOGRAMA DO EDITAL

Estabelecer procedimento e tornar público Edital para seleção de OSC para execução temporária de projeto que vise a prevenção, acompanhamento e orientação de crianças e adolescentes em violação de direitos

10	Publicação do Edital de	11/11/2025
1-	Chamamento Público CMDCA/FUMCAD	11/11/2025
20	Protocolo da Proposta através do endereço eletrônico	12/11/2025 à
20	https://pindamonhangaba.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5	12/12/2025
30	Impugnação do Edital	11/11/2025 à
3	impugnação do Edital	18/11/2025
4°	Publicação do resultado da impugnação do Edital	25/11/2025
5°	Prazo para a análise das propostas pela Comissão de Avaliação	15/12/2025 à
,	11azo para a ananse das propostas pera comissão de Avanação	12/01/2026
6°	Divulgação dos pareceres da Comissão de Avaliação	13/01/2026
7°	Prazo de impugnação/recurso/correção ao parecer da Comissão	14/01/2026 à
,	11azo de impugnação recurso correção ao parecer da Comissão	19/01/2026
8°	Prazo para a análise pela Comissão de Avaliação	20/01/2026 à
0	11azo para a ananse pera Comissão de Avanação	26/01/2026
9°	Assembleia do CMDCA para a deliberação dos pareceres e escolha do projeto	29/01/2026
	Publicação do resultado no jornal TRIBUNA DO NORTE, divulgação na página	
10°	oficial no Facebook, Conselho da Criança e do Adolescente -	03/02/2026
10	Pindamonhangaba/SP (https://bit.ly/31iDyrx) e site oficial da prefeitura	03/02/2020
	(www.pindamonhangaba.gov.sp.br)	
11°	Prazo para recurso contra resultado	04/02/2026 à
**	11azo para recurso contra resuntado	06/02/2026
12°	Prazo para análise do recurso pela Comissão de Avaliação	09/02/2026 à
	Trazo para manse do recurso pera comissão de Avanação	11/02/2026
13°	Deliberação do CMDCA e resultado final	12/02/2026
	Publicação do resultado final no jornal TRIBUNA DO NORTE, divulgação na	
14°	página oficial no Facebook, Conselho da Criança e do Adolescente -	17/02/2026
1-4	Pindamonhangaha/SP (https://bit.ly/21iDury) a cite oficial da prefaitum	17/02/2020

# CAPÍTULO I - DO OBJETO

de fevereiro de 2025. O presente edital visa escolher dentre os proponentes capacitados o que melhor terá condições de realizar a continuidade pelo período de 5 meses, das ações do projeto como a prevenção acompanhamento e orientação de crianças, adolescentes e jovens em violação de direitos e risco social do Município de Pindamonhangaba, encaminhados pelo Poder Judiciário e Conselho Tutelar

§ 1º O projeto deverá contemplar atendimento para até 112 crianção ou adolescentes, com disponibilidade

de espaços para atendimento individual dos usuários e suas famílias, bem como espaços de atendimento coletivos, devendo atuar com o fortalecimento dos vínculos familiares, sensibilização sobre a realidade social vivenciada, os caminhos para a transformação social e entendimento dos direitos da criança e adolescente previsto no ECA em especial as medidas de proteção previstas nos artigos 98, 101 e 129 do ECA

§ 2º O valor do projeto fica limitado ao valor de R\$ 144.000,00, recurso proveniente do FUMCAD que será liberado por meio de **Termo de Fomento** a ser realizado com a administração pública municipa conforme o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014.

§ 3º – O valor poderá ser aditado para ampliação de vagas de atendimento no programa nos termos do art. 43, I do Decreto 8.726/2016 desde que compravadamentre seja de interesse do CMDCA mediante deliberação e existencia de recursos, sendo vedado o aditamento para alteração do objeto.

§ 4º Poderão participar deste Edital, como proponentes, Organizações da Sociedade Civil (OSC), inscritas no CMDCA deste município, definidos para estes fins como I - organizações privadas sem fins lucrativos que não distribuam entre os seus sócios ou associados

conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na cons do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de II - organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social

distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos. Art. 2º Para os fins deste edital entende-se por projeto o conjunto de ações que abranjam o objeto deste edital

conforme artigo primeiro e seus parágrafos.

sendo vedada a cobrança dos usuários de taxas de qualquer natureza, bem como a solicitação de contribuiçõe

## CAPÍTULO II - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA Art. 4º As organizações deverão protocolar as suas propostas, exclusivamente por meio do Setor de Protocolo

da Prefeitura Municipal, disponível no https://pindamonhangaba.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5, realizando o login institucional, ou seja com os dados das Organizações da Sociedade Civil (OSC).

Parágrafo único. Caberá à OSC interessada em participar do presente edital realizar o acesso e apresentação

## Art. 5º A proposta protocolada pela OSC deverá conter os seguintes docu I - Folha de Rosto em formato PDE modelo constante do ANEXO I:

- II Plano de Trabalho em formato PDF no modelo constante do ANEXO II;
- IV Declaração de Instalação e Condições Materiais em formato PDF no modelo do ANEXO IV; V – Cópia do registro no CMDCA ou protocolo original do pedido de renovação em formato PDF;
- VI Cópia do Estatuto Social em formato PDF VII - Cópia da ata de eleição do dirigente, comprovando o mandato em vigor;
- CAPÍTULO III DO CONTEÚDO DO PROJETO

Art. 6° Os Projetos deverão ser apresentados conforme Modelo de Plano de Trabalho (ANEXO II) e Modelo de Planilha de Custos com memória de cálculo (ANEXO III);

# Parágrafo único. Deverá constar obrigatoriamente do Plano de Trabalho, sob pena de desclassificação da

I - Diagnóstico da realidade que será objeto das atividades do fomento, devendo ser demonstrado o nexe entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas; II - Descrição pormenorizada de metas quantitativas exclusivamente das pessoas que serão atingidas na

proposta, não incluindo atendidos pela OSC que não estejam compreendidos no projeto, devendo ser

mensuráveis e das atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto

III - Prazo para a execução das atividades e o cumprimento das metas IV - Definição dos indicadores qualitativos e quantitativos, a serem utilizados para a aferição do

cumprimento das metas;

V - Plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pela administração pública;

 $VI-Estimativa\ de\ valores\ a\ serem\ recolhidos\ para\ pagamento\ de\ encargos\ previdenciários\ e\ trabalhistas\ das para pagamento\ de\ encargos\ previdenciários\ e\ trabalhistas\ das pagamento\ de\ encargos\ previdenciários\ e\ trabalhistas\ previdenciários\ e\ previdenciários\ previdenciários\ e\ previdenciários\ previdenc$ oas envolvidas diretamente na consecução do objeto, durante o período de vigência proposto

VII - Valores a serem repassados, mediante cronograma de desembolso compatível com os gastos das etapas

VIII - Demonstração de atendimento dos critérios elencados este Edital. IX – Demonstrativo integral das receitas e despesas - Modelo de Planilha de Custos com me

(ANEXO III), constando a apresentação do orçamento e justificando as despesas de acordo o projeto

proposto, e nexo causal entre a despesa e a meta a ser realizada.

# CAPÍTULO IV - DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

# Sociedade Civil (OSC), o CMDCA elegerá uma Comissão de Avaliação de Projetos, composta pelos

conselheiros de direito do CMDCA, representantes da sociedade civil e do poder público, sendo permitida Parágrafo único. Serão impedidos de participar da Comissão de Seleção os representantes de entidades participantes do presente edital, conforme Resolução 137 Conanda e Art. 4º da Resolução CMDCA 15/2012.

Art. 8º A Comissão de Avaliação de Projetos poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas Organizações da Sociedade Civil concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões, observados, em qualquer situação, os princípios da

Art. 9º Os pareceres da Comissão de Avaliação de Projetos serão submetidos à aprovação da Plenária do

# isonomia, da impessoalidade e da transparência

Conselho, devendo abster-se ao voto os representantes de entidades participantes do presente edital. CAPÍTULO V - DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

# Art. 10 Para a avaliação dos projetos apresentados pelas Organizações da Sociedade Civil, a cor

conforme Plano de Trabalho apresentado; II - Experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, nos

termos da alínea "b" do inciso V, do artigo 33 da Lei 13.019/2014; III - Quadro de recursos humanos compatível com o projeto apresentado, previsto o cumprimento das normas

IV - Apresentação completa dos documentos elençados nos incisos I. II. III. IV. V do Art. 7º deste Edital.

VI - Apresentação de metas e justificativas, com metodologia de trabalho e avaliação qualitativa e

VII - Indicação de números de beneficiários diretos e indiretos CAPÍTULO VI - DOS PRAZOS PARA A APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE PROPOSTA

ETAPAS	DESCRIÇÃO	PRAZOS
1°	Publicação do Edital de Chamamento Público CMDCA/FUMCAD	11/11/2025
2°	Protocolo da Proposta através do endereço eletrônico https://pindamonhangaba.ldoc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5	12/11/2025 17/11/2025
3°	Impugnação do Edital	11/11/2025 14/11/2025
4°	Publicação do resultado da impugnação do Edital	18/11/2025
5°	Prazo para a análise pela Comissão de Avaliação	18/11/2025 20/11/2025

Prazo de impugnação/recurso 26/11/2025 01/12/2025 eia do CMDCA para a delibe 03/12/2025 io do resultado no jornal TRIBUNA DO NORTE, divulgação na pá oficial no Facebook, Conselho da Criança e do Adole 04/12/2025 ngaba/SP (https://bit.ly/31iDyrx) e site oficial da prefe (www.pindamonhangaba.gov.sp.br) 05/12/2025 11° 09/12/2025 à 12° Prazo para análise do recurso pela Comissão de Avaliação Deliberação do CMDCA e resultado final
Publicação do resultado final no jornal TRIBUNA DO NORTE, divulga
página oficial no Facebook, Conselho da Criança e do Adoleso 12/12/2025 16/12/2025 Pindamonhangaba/SP (https://bit.ly/31iDyrx), e site oficial da prefeitura (www.pindamonhangaba.gov.sp.br)

Parágrafo único. As etapas de seleção, análise, avaliação e aprovação das propostas apre

I. HABILITAÇÃO: Fase de seleção, onde será julgada a condição de habilitação da proponente para participar do presente chamamento público, em que será considerado, obrigatoriamente, o cumprimento do

es a serem enviados para deliberação na plenária do CMDCA a fim de que a plenária possa decidir por qual OSC tem a melhor condição de execução do serviço que se propõe

CMDCA/Pindamonhangaba. §1º Nos casos de renovação do registro junto ao CMDCA deverá o proponente apresentar protocolo de

CAPÍTULO VII - DO REGISTRO DO PROGRAMA/PROJETO E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

§2º Será anulada a aprovação do projeto cujo proponente tiver indeferida a renovação do Registro no

Art. 13 O prazo de execução dos projetos será de até 5 meses, podendo excepcio nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 até o limite do art. 21 do Decreto 8.726/2016 mediante deliberação do CMDCA e disponibilidade orçamentária, sendo o início, obrigato

## CAPÍTULO VIII - DESPESAS VEDADAS

I - Recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

XIII - Aditamento com alteração do objeto.

II - Pagamentos, a qualquer título, a servidor ou empregado público com recursos vinculados à pa salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orcamentárias

III - Qualquer espécie de remuneração ou benefícios a dirigentes da entidade ou a servidores públ federais, estaduais ou municipais integrantes da administração direta ou indireta, inclusive por serviços de consultoria ou assistência técnica e contábil, bem como despesas a título de taxa de administração, de IV - Tributos, serviços de consultoria, assistência técnica, de administração ou gerência, incluindo-se os

áveis por estas atividades, exceto se vinculado ao objeto do V - Pagamento de custos bancários como tarifas, taxa de administração, multas, juros ou correção monetária,

VI - Publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, nas quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos,

desde que autorizadas: VII - Utilização, mesmo em caráter emergencial, dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no

VIII - Realização de despesas com ornamentação, cerimonial e coffee-break; IX - Vale transporte, vale refeição e auxílio médico para funcionários da administração da entidade que não trabalharem diretamente para a execução do objeto do contrato;

XI - Remuneração a integrantes do corpo dirigente e técnico da instituição ou Pessoa física ou Jurídica para

XII - Despesas maiores de 30% do valor do projeto com aquisição de materiais permanentes, bens imóvei: e veículos de qualquer espécie, sem contrapartida, salvo em casos de readequação necessária de valores por

XIV – Aquisição de produtos vedados por lei, regulamentos ou normas gerais de proteção da criança e do Art. 15º Deve ser vedada à utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolesc

despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do § 1º. Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo

dos Direitos da Criança e do Adolescente para: I - A transferência sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adol

III - Manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adol IV - O financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente, salvo em caráter emergencial visando impedir a

cessação dos serviços diretos de proteção à criança e adolescente a fim de evitar sua interrupção enquant não financiados pelo Poder Público. § 2º Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Plenária do CMDCA. § 3º Nos termos da Resolução 102/2020 poderão ser realizadas despesas com inv

# construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclus

II - Pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

CAPÍTULO IX - DAS DOCUMENTAÇÕES EXIGIDAS PARA A CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

Art. 16 A Organização da Sociedade Civil que tiver seu Plano de Trabalho aprovado e deliberado o rec

para execução do objeto deste edital em 2026, deverá apresentar os documentos obrigatórios, com data de validade vigente, para firmar o respectivo Termo de Fomento.

deliberação da Plenária, podendo ser prorrogado mediante justificativa, no Setor de Protocolo Online da Prefeitura Municipal, disponível I – Certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa Municipal

Parágrafo único. Os documentos abaixo deverão ser anexados no prazo máximo de 15 dias após

a) Certidão de Regularização com FGTS b) Certidão de Regularidade com o INSS (www.receita.fazenda.gov.br) c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (www.tst.jus.br)

d) Certidão Negativa de Débitos Mobiliários Municipal (www.pindamonhangaba.sp.gov.br) f) Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário (Escrituração Contábil Digital - ECD)

g) Recibo de Entrega do IRPJ (Escrituração Contábil Fiscal - ECF) registrado na forma do art. 33 da lei 13.019/2014 e eventuais alterações;

 III – Cópia da ata de eleição do quadro da atual diretoria e do conselho fiscal IV - Relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro das Pessoas Físicas – CPF de cada um deles;

V - Comprovante de endereco em que a OSC celebrante comprove funcionar no endereco registrado no CNPJ com sede ou domicílio no Município de Pindamonhangaba, para a execução do objeto;

VI – Comprovante de inscrição da OSC no Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolesc Pindamonhangaba;

VII - Possuir estrutura física para a execução dos serviços - Alvará de Licença ou Termo de Anuência ou

Declaração de Uso ou Outro

VIII – Empregar recursos próprios nos serviços de forma direta, comprovado mediante a apreser balanço patrimonial ou balancete contábil do exercício de 2025, assinados pelo dirigente e pelo contador, que permita a identificação das receitas próprias separadas dos repasses de recursos públic

IX – Declarações atestando:

a) Que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre me a menores de 16 (dezesseis) anos, ressalvado na condição de aprendiz, conforme determina o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

 Não estar suspensa de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração; Não estar declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração pública;

3. Não estar suspensa temporariamente da participação em chamamento público e impedida de celebrar termos nos de convênios e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração

pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos; 4. Não estar declarada inidônea para participar em ch convênios e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os notivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade

que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pelo prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada prevista no inciso III do Art. 73 da Lei 13.019/2014; c) Que não tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; d) Que não possui entre seus dirigentes pessoa:

1. cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) ano 2. julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de

3. considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do Art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992 ou Lei 14.230 de 25 de outubro de 2.021.

e) Que não haverá contratação ou remuneração a qualquer título, pela entidade, com recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de ότοἦο οτι entidade da Administração Pública celebrante, bom como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até segundo grau, em linha reta, colateral, ou por afinidades;

f) Que declare experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, em conformidade com Art. 33, caput, inciso V, alínea "b", da Lei Federal nº 13.019/2014; g) Que declare sobre instalações e condições materiais, em conformidade com o Art. 33, caput, inalinea "c", da Lei Federal nº 13.019/2014;

# CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 Integram este Edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionado: I - Folha de Rosto em formato PDF (ANEXO I); II - Plano de Trabalho em formato PDF (ANEXO II)

celebração de contrato público, conforme os referidos na Instrução Normativa TCESP vigente.

IV - Declaração de Instalação e Condições Materiais em formato PDF (ANEXO IV):

avaliação de mérito, da proposta enviada:

- V Minuta do Termo de Fomento em formato PDF (ANEXO V).
- Art. 19 Para se habilitar a firmar o Termo de Fomento, aas Organização da Sociedade Civil (OSC) deve

III - Demonstrativo integral das receitas e despesas - Modelo de Planilha de Custos com memória de cálculo

- I- Possuir, no mínimo, 01 (ano) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- II- Possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natu elhante, comprovado através de declaração de experiência expedida pela entidade

b) que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido para outra pesso

IV- Apresentar toda a documentação exigida nos artigos deste Edital;

- Ser regida por estatutos cujas normas disponham, expre a) objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;
- jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o
- c) escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de
- Art. 20 Fica impedida de celebrar a parceria de que trata este Edital a Organização da Sociedade Civil que:
- III- Tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da
- tração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de fon estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
- IV- Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados
- b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
- e) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensiv Tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade
- suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública; fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da adminis
- pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos: d) declaração de inidoneidade para participar em chamam termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto antes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria

suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de

- utoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil re a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alinea "e" do inciso V deste artigo; VI- Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
- VII- Tenha entre seus dirigentes pessoa: a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) a
- b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de ça, enquanto durar a inabilitação; c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.
- de condições para consecução do objeto do plano de trabalho e atendam aos requisitos legais inerentes à celebração de todo e qualquer contrato com a Administração Pública.

Art. 22 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Plenária do CMDCA.

Art. 23 A escolha da OSC que executará o serviço objeto deste contrato, será escolhida através de deliberação do CMDCA, devendo ser escolhida a que melhor tiver condição de atender o serviço que se propõe.

fiscalização durante sua vigência, inclusive por meio de visitas in loco, através de comissão específica deste Conselho Municipal, da comissão de monitoramento e avaliação designada por portaria do executivo municipal, bem como pelo gestor da parceria ou pessoa por este designado. Parágrafo único. O monitoramento e a avaliação realizados em decorrência da celebração de Termo de ento, conforme indicado neste Edital, não substitui e não prejudica os procedimentos de m

e avaliação sob competência do setor de Vigilância Socioassistencial do órgão gestor municipal de

Art. 25 Sem prejuizo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução di parceria será acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes d atuação existentes, nos termos da redação do Art. 60 da Lei 1301/2014. Parágrafo único. Os termos de que trata este Edital estarão também sujeitos aos mecanismos de controlo

Art. 26 Este Edital entra em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da Cidade

Pindamonhangaba, 04 de novembro de 2025.

Rodolfo Brockhof Presidente – Gestão 2025/2027 ANEXO I Modelo de Folha de Ross (Fazer em papel timbrado da insti 1. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL PROPONEN

serição no EMDCA n : alidade da Inscrição no CMDCA: ndereço Completo (nº/bairro/cidade/e ndereço Internet (site oficial/redes soc estado/CEP) ome do Responsável Legal da Organi e-mail: Esta será a principal forma de contato com o CMDCA

2. IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA:

Título In Firma

o: Indicar apenas um único título. Deve indicar o objetivo geral da proposta. ificação da proposta conforme Eixo Temático: Indicar apenas um único Eixo Temá u injurinação ou mais de um Eixo Temático poderá inabilitar a propost.

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:
esumo da Proposta: É a cirtara da ---3. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:

RESumo da Proposta: É a sintse da proposta, portanto, deverá ser conciso e claro. Não deverá exceder o total de l
Inhas. Exemplo de prenchimento: "A proposta é estruturada em jogos teatrais e rodas de conversa para crianças a
idade entre 0º e 12 anos no contratumo escolar—186 linhas"

Objetivos: Com base na justificativa, definir os objetivos que se pretende alcançar. O objetivo geral deve si
formulado como uma inica estentença, iniciada necessariamente por un verbo no influitivo. Deve ser abrangente
genérico. Os objetivos específicos devem apresentar ações específicas que, uma vez executadas, culminam com
acance do objetivo geral. Alexegão ao númera de objetivos específicas que, uma vez executadas, culminam com
necitado, em que possam comparilhar e aprofinadra discursivamente saus experiências de vida e aprofundar sua
capacidades de absorver conteidos artisticos, reconhecendo e valorizando traços de sua cultura".

População tandida (local Inderegêore) egido; lindera o (ç) enderey o dos) indivel(s) onde se executarda as atividada
da proposta. Este é um tem essencial para análise. Deverá ser expasto o local exato com a finalidade de avaliação d
estrutura. Atenção 1 A ausência da informação poderá inabilitar a proposta.

Capacidade de Atendimento (beneficiários indiretos): Nimero de vagas da proposta. Transcrito em números.

Capacidade de Atendimento (beneficiários indiretos): Nimero de vagas da proposta. Transcrito em números.

Daração do proposta (a"messy): O total de messe de execução do aproposta.

## ANEXO II Modelo de Plano de Trabalho (Fazer em papel timbrado da instituição) PLANO DE TRABALHO 202

PLA	NO DE TRABALHO	2025/20	26
1. IDENTIFICAÇÃO	DA ORGANIZAÇÃ	SOCL	AL PROPONENTE
Razão Social:			
Data de criação:		C.N.	P.J.:
Inscrição no CMDCA nº:			
Endereço:		•	
Cidade:	UF:		
CEP:	E-mail:		
DDD/Tel: FAX:			
Conta Corrente:	Banco:	Agência:	
Nome do Representante Legal:			
CPF:	1	RG:	
Cargo:	1	Função:	
Endereço:		CEP:	
Início mandato:		Fim do mandato:	
Nome do Técnico Responsável:			
CPF:		RG:	
Formação Profissional:		N° Registro:	
Cargo:	1	Função:	
Endereço:	(	CEP:	

# 2. TÍTULO

2.1 CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA CONFORME EIXO TEMÁTICO

2.2 CAPACIDADE DE ATENDIMENTO 2.3 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

Diagnóstico da realidade que será objeto das atividades do fomento, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou matas e como effici. ever a metodologia empregada, identificando as fontes de informação e os procedin Aos para coleta e análise.

2.4 JUSTIFICATIVA

2.5 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deve ser formulado como uma única sentença, iniciada necessariamente por um verbo no infinitivo.

2.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Geral e Específicos, com base na justificativa, definir os objetivos que se pretende alcançai

# Descrever como será desenvolvido o projeto, informando o método aplicado e a dinâmica de trabalho. Destacar o local onde ocorre, os recursos e materiais utilizados e a quantidade de grupos 2.8 PÚBLICO ALVO

2.7 METODOLOGIA DE TRABALHO

Faixa etária

(USAR QUANTAS LINHAS FOREM

INDICADORES METAS MEIOS DE VERIFICAÇÃO Fichas de inscrição

01:00h

(USAR QUANTAS LINHAS FOREM NECESSĀRIAS) (USAR QUANTAS LINHAS FOREM NECESSÁRIAS) 4. RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS DESCRIÇÃO DO USO NO TIPO QUANTIDADE XXX

## Exemplo de preenchimento:

TIPO

Realizar triagem

ealizar atendiment individual

METAS

2 (USAR QUANTAS LINHAS FOREM NECESSÁRIAS)				USAR QUANTAS LINHA FOREM NECESSĀRLAS)		(HAS FOREM NECESSÁRIAS)	
	5. RECURSOS HUMANOS DO PROJETO						
	Função	Vínculo	Relação Nominal	Carga Horária (mensal)	Salário Base/ Remuneração	Atividade desenvolvida	
	Nome da função somente recursos humanos solvidos na execução da	CLT RPA	xxxxxxx	XX Horas Mensais	RSXX,XX por mês RSXX,XX por hora	Descrição da atividade	

R\$ 30,00 por kora

Valor Total de Recursos a serem aplicados

DECLARAÇÃO A (razão social), inscrito no CNPJ sob nº (número), sec gradouro, nº/bairro/cidade/estado/CFP), por intermédicade logradouro, nº/bairo/cidade/estatao/c.Er/, por interineuro uo st. (a). (https://doi.org/10.1007/j.c.) CPF [mimero], RG [mimero], dirigente, infra-assinado, DECLARA que, em inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014, dispo de intalações e

ANEXO V Minuta do Termo de For

Pelo presente Termo de FOMENTO, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA, neste ato representada pela Secretária Municipal de Assistência Social, conforme Portaria Geral nº e 5.136, de 7/12/2018, (secretária) — (nacionalidade), (estado civil), portadom da cédula de identidade RG nº e inscrita no CPF/MF sob nº residente e domiciliada no cendereço) — nos termos do Decreto Municipal nº 5.828, de 21/07/2020, doravante designada simplesmente MUNICIPIO, e de outro lado o (OSC) — sob CNP! — neste ato presentado pela seu presidente, Sr (a) — portador da cédula de identidade RG nº e inscrita no CPF/MF sob nº \_ residente e domiciliada na (nedereço) — designado simplesmente OSC, resolvem firmar o presente Termo, conforme as seguintes cláusulas:

# CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

V - Monitorar e Avaliar o objeto a) Homologando os relatórios de fiscalização

c) Quanto à correta e regular aplicação dos recursos financeiros CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

V - Proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelos serviços assistenciais, sem discriminação de qualquer natureza, zelando pela segurança e integridade física dos usuários;

VII – Apresentar, nos prazos exigidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por me circunstanciado, as atividades desenvolvidas, comprovando que os recursos financeiros recebido aplicados nas ações previstas no Plano de Trabalho, além da relação nominal e documentos de te

assistidos; VIII – Prestar contas ao MUNICÍPIO, conforme cláusula sexta deste Termo de FOMENTO, inclusive apre

IX - Realizar formação inicial e continuada a empregado admitido, a fim de assegurar a qualidade da execução

Assegurar à Comissão de Monitoramento e Avaliação, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do lolescente — CMDCA, e aos demais Conselhos, ao Juízo e a Promotoria condições necessárias ao ompanhamento, apervisido, fiscalização e avaliação da execução e dos exviços perstados;

uantitativos e qualitativos, considerados, respectivamente, a capacidade e o número de beneficiários, bem como s resultados alcançados na implementação dos serviços; XIII - Alimentar os sistemas de controle de dados dos serviços, informatizados ou manuais, adotados pela Secretaria Municipal de Asistência Social, bem como os decorrentes das normas expedidas pela União e pelo Governo de Estado de São Paulo:

QUANTIDADE DESCRIÇÃO DO USO NO PROJETO

6.IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL, TÉCNICO RESPONSÁVEL E PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Modelo de Declaração de Instalação e Condições Materiais (Fazer em papel timbrado da instituição)

nsável legal da organização) (função)

TERMO DE FOMENTO Nº \_\_\_/20\_\_ (RECURSO FUMCAD) TERMO DE FOMENTO TÉCNICO E FINANCEIRO CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA E O

Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados polo MUNICIPO, inclusive eventuais rendimentos raplicação financeira, na prestação dos serviços objeto deste instrumento, utilizando para isso de conta bancieria culculaisva para movimentar recursos financeiros repassados por este presente termo de FOMENTO, conforme tabelecido na cláusula primeira;

— Manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como relação nominal dos beneficiários a ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos ativos aos recebimentos de recursos núblicos:

Continua na página 14 - Edital CMDCA Nº 02/2025

Parágrafo 1° - O presente instrumento tem por objeto o repasse de recurso municipal, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUMCAD, para promover o desenvolvimento do Projeto/Programa ", especificamente para despessa de Custico/Bens e matérias permanentes ou obras, compreendidas no plano de trabalho integrante do Processo Administrativo n° \_\_\_/20\_\_", o qual passa a ser parte integrante e indissociável do presente Termo de Fomento. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO Publicar na imprensa oficial ou no jornal o extrato deste Termo de FOMENTO e de seus eventuais aditivos, os prazos e nos moldes previstos no § 1º do art. 32 e no art. 38, da Lei Ordinária Federal nº 13.019/2014; II – Efetuar os repasses de recursos, em parcelas mensais, para a execução do objeto deste instrumento, atra de depósito bancário na conta corrente específica para movimentar os recursos provenientes desta paro previamente informada pela OSC; III — Supervisionar, acompanhar e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela OSC, bem como apois-la tencimente em decorrência da execução das atividades, objeto deste Instrumento; V — Notificar para que a OSC adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste Instrumento, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos finamentos, ace vienamento dos eventuas pontamentos.

II - Zelar pela manutenção de qualidade da oferta prestada, de acordo com as diretrizes técnicas e ope definidas pelo MUNICÍPIO e aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adole CMDCA;

IV – Manter recursos humanos, materiais e equipamentos adequados e compatíveis com o atendimento da oferta socioassistencial que os obriga a prestar, com vistas ao cumprimento dos objetivos deste Instrumento;

(USAR QUANT LINEAS FORE NECESSÁRIA

(USAR QUANTAS LINEAS FOREM NECTOSÁBIA SI

Apresentar relatório mensal, referente aos doze meses de execução da parceria, conforme acordado com a retaria Municipal de Assistência Social, demonstrando o atendimento prestado, com os aspectos

XIV - Manter identidade do trabalhador social mediante crachá contendo nome completo, cargo, função e logomarca da OSC;

XV - Manter, durante o prazo de vigência deste termo de FOMENTO, a regularidade das obrigações perante a Previdência Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

XVI - Comunicar à Secretaria Municipal de Assistência Social toda e qualquer alteração ocorrida em seus

XVII – Apresentar, na ocasião da prestação de contas das parcelas, cópias de CND Mobiliário Municipal, CRF, Certidão Conjunta da Dívida Ativa, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizadas; XVIII — Atender eventuais solicitações verbais, por e-mail, telefone ou outros meios acerca de levantamentos dados formulados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com a pronta apresentação dos documen

trabalhadores recrutados para executar os serviços vinculados ao objeto, mediante prévio registro com base na legislação trabalhista, bem como, inclusive de eventual empregado substituto;

XX - Promover a publicação integral de extrato do relatório de execução física e financeira deste Termo de FOMENTO, nos termos do art. 11 da Lei nº Ordinária Federal nº 13.019/2014. XO. – Manter os recursos aplicados no mercado aberto em títulos da divida pública quando os recursos forem utilizados em prazo inferior a 30 (trinta) dias, e em caderneta de poupança quando não utilizados no prazo superior a 30 (trinta) dias, sendo que estes valores deverão ser aplicados na pureriar el deverão constar obrigatoriamente na prestação de contas junto com os demais recursos repassados. Inclusive apresentando os extratos bancários mensais de eventual aplicação finameriar fornecidos pela instituição bancária.

XXII - Efetuar os pagamentos somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, PIX), pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedada a emissão de cheque para desembolso ou quaisquer pagamentos;

XXIII - Manter e movimentar os recursos em conta bancária, em banco público, citados neste instrumento;

NOV - Se responsabilizar exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do termo de FOMENTO, manter as certidôse negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou sabidária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

XXVI - Elaborar e entregar o balanço patrimonial, o balancete analítico anual, e demais demonstrações contábeis solicitadas pelo TCE-SP, segundo as normas contábeis vigentes para o terceiro setor;

XXVII - Manter em seus arquivos durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas. CLÁUSULA QUARTA – SÃO ATRIBUIÇÕES DA ORGANIZAÇÃO SELECIONADA:

Realizar diagnóstico, mapeando os serviços conveniados ou não, localizando a rede de serviços a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos, de forma a propiciar a universalidade de cobertura entre indivíduos e familias.

II - Participar e propiciar a capacitação continuada dos seus colaboradores e gestores tanto as oferecidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, como as viabilizadas pela rede local;
 III - Realizar as ações previstas no plano de trabalho, respeitando as diretrizes e eixos da oferta;

IV - Responsabilizar-se pela manutenção, reforma e ampliação do espaço físico;
 V - Participar da sistematização, monitoramento das atividades desenvolvidas e do proc

Parágrafo segundo — O valor poderá ser aditado para ampliação de vagas de atendimento no programa nos termo do art. 43, 1 do Decreto 8.726/2016 desde que compravadamentre seja de interesse do CMDCA mediante deliberação e extratoria de acompravadamentre seja de interesse do CMDCA mediante deliberação e extratoria de acompravadamentre seja de interesse do CMDCA mediante deliberação e extratoria de acompravadamentre seja de interesse do CMDCA mediante deliberação e extratoria de acompravadamentre seja de interesse do CMDCA mediante de la compravadamentre seja de interesse do CMDCA mediante de la compravadamentre seja de interesse do CMDCA mediante do acompravadamentre seja de interesse do CMDCA mediante do acompravadamentre seja de interesse do CMDCA mediante do acompravadamentre seja de interesse do CMDCA mediante deliberação e extratoria de acompravadamentre seja de interesse do CMDCA mediante deliberação e extratoria de acompravadamentre seja de interesse do CMDCA mediante deliberação e extratoria de acompravadamentre seja de interesse do CMDCA mediante deliberação e extratoria de acompravadamentre seja de interesse do CMDCA mediante deliberação e extratoria de acompravadamentre seja de interesse do CMDCA mediante de acompravadamentre seja de interesse do CMDCA mediante de acompravadamentre seja de interesse do compravadamentre seja de interesse do compravadamentre de acompravadamentre seja de acompravadamentre de

CLÁUSULA SEXTA - DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

A OSC prestará contas ao MUNCHPIO, da seguista forma:

I - Contas parciais: seráo prestadas MENSALMENTE à Secretaria Municipal de Assistência Social.

I - Contas parciais: seráo prestadas MENSALMENTE à Secretaria Municipal de Assistência Social devidamente acompanhado de relación circumatenciado das atividades desenvolvidas: extratos bancários conciliados, evidenciando a movimentação do recurso e a rentabilidade do período; relatório de receita e de despesas, certidão negativa de regularidade junto à Previdência Social (CND - CNDT) e FGTS (CRF), relação nominal dos atendidos;

Il - Contas anuais: deverão ser apresentadas até janeiro subsequente, nos moldes das Instruções especificas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (prestação de contas do recurso total recebido no exercicio, incluindo rentabilidade. Eventuais saldos não utilizados deverões ae restituídos aos cofres municipais ao término da parceria devidamente corrigidos, conforme cláusula Décima Terceira.

Parágrafo 1º - Para fins de comprovação dos gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior à vioência da parcerio:

Parágrafo 2º - Não poderão ser pagas com recursos da parceria, despesas decorrentes de:

1 - Taxa de administração, de gerência ou similar;

11 - Pagamento de servidor ou empregado público sem que a lei específica e ou a lei de diretrizes orçautorize;

IV - Publicidade, salvo as previstas no Plano de Trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parcería, de caráter educativo, informativo ou orientação pessoal, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

Parágrafo 3º - A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nesta Cláusula, ou a sua não aprovação pela Comissão de Monitoramento e Avaliação importará na suspensão das liberações subsequentes até a correção das imporpriedudes coorridas.

Parágrafo 4º - É responsabilidade exclusiva da OSC o gerenciamento administrativo e financeiro dos rec recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, e especialmente as de pessoal, incluindo-se os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, não se caracterizando responsabilidade sos solidária ou subsidiária do MUNICIPIO polos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição às sua excueção.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Em consonância com o disposto na alinea "h" do artigo 35 da Lei Ordiniria Federal rd 13.019 de 31/07/2014, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, realizará o monitoramento e avaliação, realizará o monitoramento e lo conselho Municipal dos Direiros da Criança e do Adolescente – CMDCA, Conselhos afins, conforme o caso, e da fiscalização do Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Municipal (podera).

Parigrafo único - Fica assegurado o livre acesso dos servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social, do Controle Interno Municipal e do Tribunal de Contro e Secretaria sos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela lei vigente, bem como aos locais de execução do objeto CLÁUSULA OITAVA - DAS IRREGULARIDADES

Qualquer irregularidade concernente ao presente Instrumento será comunicada à Secretaria Municipal de Assistência Social, que deliberará quanto à implicação das sanções previstas na cláusula décima segunda. Parágrafo único: Os casos omissos serão solucionados de comum acordo entre os colaboradores. CLÁUSULA NONA - DO GESTOR DA PARCERIA

Em consonância com o disposto no inciso VI do artigo 2º da Lei Ordinária nº 13.019, de 31/07/2014, a função de Gestor da parceria e suas competências estão dispostas no Decreto Municipal Nº 6.055, de 28/09/2021, sendo e mesmo nomeado por ato público em Portaria Geral Municipal Nº ... de / / ... / ..

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

Este instrumento terá a vigência de \_\_/\_\_/20\_\_ a \_\_/\_\_/20\_\_

O Municipio poderá autorizar ou propor a alteração do termo de fomento ou de colaboração ou do plano de trabalho após, respectivamente, solicitação fundamentada da Organização da Sociedade Civil ou sua anuência desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

I – Por termo aditivo à parceria para:

b) Redução do valor global, sem limitação do montante;

c) Prorrogação da vigência, observados o limite fixado pelo artigo 21 do Decreto Federal 8.729/2016, qual seja, desde que o período total da vigência não exceda 05 (cinco) anos;

d) Alteração da destinação dos bens remanescentes: ou

a) Ajustes da execução do objeto da parceria no plano de trabalho.

b) Remanejamento de recursos sem a alteração do valor global § 1º Sem prejuizo das alterações previstas no caput, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento independentemente de anuência da organização da sociedade civil para:

I – Prorrogação da vigência, antes do seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato periodo do

II - Indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Instrumento poderá ser rescindido por infração legal ou descumprimento de suas cláusulas e condiçi executórias, bem como por denúncia precedida de notificação no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, je desinteresse unilateral ou consensual, respondendo cada partícipe, em qualquer hipótese, pelas obrigaçã assumidas até a data do efetivo desfazimento.

Parágrafo 2º É prerrogativa do MUNICÍPIO, assumir ou transferir a responsabilidade pela exe colaborado, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descr

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANCÕES ADMINISTRATIVAS

O não cumprimento das cláusulas deste Termo de FOMENTO, bem como a inexcução injustificada, total ou parcial, dos serviços, programas ou beneficios constituem irregularidades passíveis das seguintes penalidades, aplicadas cumulativamente e ou progressivamente, obedecida a proporcionalidade:

1 - Advertência formal;

Suspensão temporária da participação em chamamento público contratos com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termo de FOMENTO, convênios e contratos com Órgãos e OSC's em todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos

determinantes de punição ou alé que seja promovida a reabilitação perante a propria autoriada que aplicou a penalidade, que será conocedida a poste de perante a propria autoriadade que aplicou a penalidade, que será conocedida após a OSC ressarcir os cofres públicos pelos prejuizos resultantes, e após o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste dispositivo;

Parágrafo 1º A sanção estabelecida no inciso III é de competência exclusiva da SMAS, facultada a defesa do(a) interessado(a) no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida apsô (20 (dos)) anos de sua aplicação.

Parágrafo 3º A Organização parceira deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data do recebimento da notificação de irregularidades, justificativa e proposta de correção para apreciação e decisão pelo Gestor da Parceria, referida na Cláusula Oitava deste instrumento; na Secretaria Municipal de

Parágrafo 4º A liberação de parcela de repasse, eventualmente bloqueada, será feita após a correção das irregularidades apontadas, ou da aceitação formal da proposta de correção, com prazos determinados.

Parágrafo 5º A cópia da notificação de ocorrências de irregularidades, devidamente assinada pelas parti justificativa e da proposta de correção integrarão o processo de prestação de contas junto ao Orgão Gest Secretaria Municipal de Assistência Social.

ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES DO MERCADO MUNICIPAL FEIRANTES E AMBULANTES DE PINDAMONHANGABA (ACOMEMFAP) EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Associação dos Comerciantes do Mercado Municipal, Feirantes e Ambulantes de Pindamonhangaba \* ACOMEMFAP', inscrito no CNPJ 21.458.487/0001-20, neste ato representada por seu Presidente, Sr. \* Adamo Rodrígues da Siliva Tressoli, convoca bodos os associados, através do presente edital, para Assembleia Geral Ordinária a realizar-se

no dia **14/10/2025**, as **17:00h** em primeira chamada e segunda chamada as **17h:30min**, na sede sito Rua Capitão Jose Martiniano Vieira Ferraz, 186, Centro, Pindamonhangaba/SP.

Adamo Rodrigues da Silva Tressol

CONVERSÃO INTEGRAL DA ÁREA INSTITUCIONAL DO LOTEAMENTO "SOL

NASCENTE" EM CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DE CRECHE (CMEI)

NO BAIRRO JARDIM REGINA.

A Prefeitura do Município de Pindamonhangaba divulga para conhecimento público que

em 17 de novembro de 2025 (segunda-feira), às 15h00, no Auditório do Paço

Municipal, localizado na Avenida Nossa Senhora do Bom Sucesso, nº 1.400, Alto do Pindamonhangaba/SP, realizar-se-á <u>AUDIÊNCIA PÚBLICA</u> para Apresentação da Proposta de conversão integral da área

institucional (4.244,62m²) do Loteamento "Sol Nascente" em obras construção

Obs: Audiência também será transmitida ao vivo no canal

Pindamonhangaba, 07 de novembro de 2025

RICARDO ALBERTO PEREIRA PIORINO

de uma unidade de creche (CMEI) no bairro Jardim Regina.

www.youtube.com/@TVpinda

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

1) Eleição e Posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

Pauta da Assembleia Geral Ordinária

Pindamonhangaba, 04 de Novembro de 2025

# CLÁUSULA DÉCIMA OUARTA - DA RESTITUIÇÃO

- Não apresentação do relatório de execução físico-financeira e prestação de contas no prazo exigido; III-Utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida.

Parágrafo único - Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em ra houverem sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela Administração F não for para uso no respectivo objeto, devem ser restituídos e serem incorporados ao patrimônio do Mu

A eficácia deste Instrumento fica condicionada a publicação do respectivo extrato no órgão de imprer até o (quinto) dia útil do (mês subsequente), a contar do mês da sua assinatura. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CIANSULA DECIMA SEXTA — DAS DISPOSIÇOES GERAIS

Comunicação: Todas as comunicações relativas a este Termo de FOMENTO serão efetuadas por escrito e consideradas como realizadas quando entreques nos endereços indicados no pretimbulo deste instrumento, adminitados entumbera a comunicação virtual (via e-mail) como meio hábil e legal. As partes esfor esponsáveis pela comunicação por escrito de eventual alteração de endereço e as notificações enviadas no endereço previsto neste instrumento, antériores a este aviso, as parter econhocem por esta o como entregues. Ausência de Vinculo: O pagamento de remunenção da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parcecia, na forma deste instrumento, não gera vinculo trabalhista com o poder público, conforme (2880 Ministra). O construir de conservado de cultura de como conservado de conservado esta esta esta esta de como entregue.

prevê o § 3º do art. 46 da lei 13.1019/2014.

Casos Omissos: Os casos omissos seño resolvidos de comum acordo entre as partes através de Termo Aditivo que firá patre integrante deste institumento.

Independência das Disposições: Se qualquer termo ou outra disposição deste Termo de FOMENTO for considerado invisido, legal ou intencequivel diante de qualquer norma legal ou ordem pública, todos os demais termos e disposições deste instrumento permanecerão em pleno vigor e efeito pelo tempo em que o substrato conómico e juridaçõe das portegos contempladas neste instrumento for prejudicado por qualquer das partes individualmente. Quando qualquer termo ou outra disposição for considerado invisido, legal ou inexequivel, as partes negociarios em bos fe a alteração deste Termo de FOMENTO de modo a fazer vigorar sua intenção original da maneria mais aceitável possível, e a fim de que as transações aqui contempladas sejam realizadas na medida do possível.

possivel.

Decisões Nulsa de Pleno Direite: Será nula de pleno direito, toda e qualquer medida ou decisão correlata com o presente Termo de FOMENTO que vá de encontro ao que conste na Lei Ordinária Federal nº 13.019/2014. Novação: A falta de utilização, pelos parceiros, de quaisquer direitos ou faculdades que lhe concede este Termo de FOMENTO não se constituirá novação, nem importará renfincia aos mesmos direitos e faculdades, mas mera toleráncia em fazê-los prevalecer em qualquer outro momento ou situação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO DOCUMENTO COMPLEMENTAR Faz parte do presente Instrumento, em tudo aquilo que não contrarie, de forma a comp o Plano de Trabalho apresentado pela OSC e aprovado pelo MUNICÍPIO.

Fica eleito o Foro desta Comarca de Pindamonhangaba para dirimir dúvidas ou questões oriundas do pres instrumento, caso resulte frustrada a prévia e obrigatória rentativa de solução administrativa das questões, co participação e assessoramento de um dos integrantes da Procuradoria Municipal da Prefeitura Municipa

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO PROTOCOLO ADMINISTRATIVO:

O presente Termo de FOMENTO foi confeccionado de acordo com o constante no pro\_\_\_\_/20\_\_, de \_\_ de \_\_\_ de 20\_\_. ento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, e na presença de 02 (duas)

ANEXO VI SETOR - DEMONSTRATIVO INTEGRAL DAS RECEITAS E ) DE COLABORAÇÃO/FOMENTO ÓRGÃO PÚBLICO: ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

. EREÇO E CEP: PONSÁVEL(IS) PELA OSC

(nome da entidade) vem in

exercício seguin	te.		
	DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS INCORRIDAS NO EXERCÍCIO		
	ORIGEM DOS RECURSOS (4):		

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS INCORRIDAS NO EXERCÍCIO				
ORIGEM DOS RECURSO	9S (4):			
	DESPESAS CONTABILIZADAS FM	DESPESAS	TOTAL DE	DESPESAS

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS INCORRIDAS NO EXERCÍCIO			
ORIGEM DOS RECURSO	OS (4):		
	DESPESAS	DESPESAS	

		DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS INCORRIDAS NO EXERCÍCIO				
	ORIGEM DOS RECURSO	OS (4):				
CATEGORIA OU		DESPESAS CONTABILIZADAS EM EXERCÍCIOS	DESPESAS CONTABILIZADAS	TOTAL DE DESPESAS	DESPESAS CONTABILIZADAS	

	ORIGEM DOS RECURSO	OS (4):			
CATEGORIA OU FINALIDADE DA DESPESA (8)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO	DESPESAS CONTABILIZADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E PAGAS NESTE	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO E PAGAS NESTE EXERCÍCIO (85)	TOTAL DE DESPESAS PAGAS NESTE	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO A PAGAR EM

	ORIGEM DOS RECURSI	OS (4):			
CATEGORIA OU FINALIDADE DA DESPESA (8)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO	DESPESAS CONTABILIZADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E PAGAS NESTE	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO E PAGAS NESTE	TOTAL DE DESPESAS PAGAS NESTE	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO A PAGAR EM

CATEGORIA OU FINALIDADE DA DESPESA (8)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO (R\$)	DESPESAS CONTABILIZADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$)  (H)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO E PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$)	TOTAL DE DESPESAS PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO A PAGAR EM EXERCÍCIOS SEGUINTES (R\$)		
--	--	---	---	--	---	--	--

contos obtidos ou pagamento de multa por atraso, o re GAR EM EXERCÍCIOS SEGUINTES, uma vez que tai

que a despesa relacionada comprova a exata aplicação dos recursos recebidos para os fins indicado conforme programa de trabalho aprovado, proposto ao Órgão Público Parceiro.

Responsáveis pela Organização da Sociedade Civil: (nome, cargo e assinatura)

\*

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - APOSTILAMENTO -

EXTRATO REFERENTE A APOSTILAMENTO REALIZADO NO EXERCÍCIO DE 2025 ENTRE A

MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

		/Liceu Coração de Jesus.
	Objeto:	Realizar o repasse de recurso da Emenda modificativa nº 20/2024, através do
		Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUMCAD, para
		execução do projeto "Por um Atendimento com Maior Qualidade",
		especificamente para despesas de custeio compreendidas no plano de
		trabalho integrante do Processo Administrativo nº 7320/2025, de 02 de abril
		de 2025.
	Descrição do apostilamento:	Remanejamento do cronograma de desembolso.
Г	Data do apostilamento:	07/11/2025
2	EXTRATO PARCERIA	TERMO DE FOMENTO 93/2024 ADIT. 01/2025
	Processo Administrativo:	Nº 14.066/2024
	Parceiros:	Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba – Secretaria de Assistência Social
		/Serviço de Obras Sociais de Pindamonhangaba - SOS.
	Objeto:	A OSC executará na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Programa
		Complementar aos Serviços para pessoa em situação de rua - Pernoite, 20
		vagas.
	Descrição do apostilamento:	Remanejamento do cronograma de desembolso.
	Data do apostilamento:	07/11/2025

Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba Departamento de Proteção aos Riscos e Agravos à Saúde Faz saber que: VIGILÂNCIA SANITÁRIA - CONTROLE DE PUBLICAÇÃO Nº 45/25

CANCELAMENTO CEVS LICENÇA SANITÁRIA Comunicado de Deferimento

Nº Protocolo: 61.420/ 25..... Nº CEVS:353800601-477-000052-1-5 N° CEVS:333800001-4/7-000052-1-5
Razão Social: ROBSON RODRIGUES DE OLIVEIRA LTD
CNPJ / CPF:54.120.324/0001-92
Endereço: AV. DR JORGE TIBIRIÇA,N° 128 - CENTRO
Município: PINDAMONHANGABA CEP:12.410-030 .UF:.SP
Resp.Legal: ROBSON RODRIGUES DE OLIVEIRA
Resp.Técnico: PAOLA ROSANI GUERRERO CBÓ:.... - Conselho Profissional: (CRO) - NºInscrição: 1-102850- 4 UF:SP O (a) Diretor (a) DEFERE em 30/10/2025 a solicitação supracitada.

ANDRÉ MARCOS PEREIRA DIRETOR VIGILÂNCIA SANITÁRIA O(s) responsável (eis) assume (m) a obrigação de cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes às atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências ficando inclusive, sujeito (s) ao cancelamento deste documento.

O(s) responsável (eis) assume (m) a obrigação de cumprir a legislação vi-gente e observar as boas práticas referentes às atividades prestadas, res-pondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive, sujeito (s) ao cancelamento deste documento.

LICENÇA INICIAL nunicado de Deferimento

Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba Secretaria de Saúde
Departamento de Proteção aos Riscos e Agravos à Saúde

Resp.Legal: ANANDA DE ALMEIDA FERNANDES
Resp.Legal: ANANDA DE ALMEIDA FERNANDES
Resp.Técnico: JOÃO VICTOR NOGUTI MONTEIRO
CBO:....... - Conselho Profissional: (CRO) - N°Inscrição: 094180 - UF:SP

ANDRÉ MARCOS PEREIRA DIRETOR VIGILÂNCIA SANITÁRIA

O (a) Diretor (a) DEFERE em 29 / 10 /2025 a solicitação supracitada

LICENCA INICIAL

Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba Secretaria de Saúde Departamento de Proteção aos Riscos e Agravos à Saúde VIGILÂNCIA SANITÁRIA - CONTROLE DE PUBLICAÇÃO № 31/25 \(\text{No CEVS:} 353800601-863-001175-1-0 \)
\(\text{Data Protocolo:} 03/07/2024 \)
\(\text{No CEVS:} 353800601-863-001175-1-0 \)
\(\text{Data Validade:} 30/10/2026 \)
\(\text{Razão Social:} \text{CENTRO ODONTOLÓGICO DO POVO DE PINDAMO-}
\)

NHANGABA LTDA NHANGABA LTDA
CNPJ / CPF: 53.159.157/0001-20
Endereço: PRAÇA MONSENHOR MARCONDES, 40 - CENTRO
Município:PINDÁMONHANGABA .CEP:12.400-470 .UF:.SP
Resp.Legal: RAFAEL BANOLAS ALVES
Resp.Técnico: RAFAEL BANOLAS ALVES
CBO:....... - Conselho Profissional: (CRO) - NºInscrição. 12.811-T- UF:SP

O (a) Diretor (a) DEFERE em 30 / 10 /2025 a solicitação supracitada

ANDRÉ MARCOS PEREIRA DIRETOR VIGILÂNCIA SANITÁRIA O(s) responsável (eis) assume (m) a obrigação de cumprir a legislação vi-gente e observar as boas práticas referentes às atividades prestadas, res-pondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive, sujeito (s) ao cancelamento deste documento.

RENOVAÇÃO LICENÇA

Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba Secretaria de Saúde Departamento de Proteção aos Riscos e Agravos à Saúde

UF: SP O (a) Diretor (a) DEFERE em 30/10/2025 a solicitação supracitada.

ANDRÉ MARCOS PEREIRA DIRETOR VIGILÂNCIA SANITÁRIA

O(s) responsável (eis) assume (m) a obrigação de cumprir a legislação vi-gente e observar as boas práticas referentes às atividades prestadas, res-pondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive, sujeito (s) ao cancelamento deste documento. RENOVAÇÃO LICENÇA comunicado de Deferimen

Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba Secretaria de Saúde Departamento de Proteção aos Riscos e Agravos à Saúde

Razão Social:RAIA DROGASIL S/A
CNPJ / CPF:61.585.865/1415-61
Endereço:Av Nossa Senhora do Bom Sucesso, 927 - Alto Cardoso
Município: PINDAMONHANGABA CEP: 12.420-010 UF: SP.
Resp.Legal: MARCILIO D'AMICO POUSADA
Resp.Técnico:TAILINE MAIRA GOMES DE PAULA
CBO:...... - Conselho Profissional: (CRF) - N°Inscrição 107.356- UF:SP

O (a) Diretor (a) DEFERE em 30 / 10 /2025 a solicitação supracitada

ANDRÉ MARCOS PEREIRA DIRETOR VIGILÂNCIA SANITÁRIA O(s) responsável (eis) assume (m) a obrigação de cumprir a legislação vi-gente e observar as boas práticas referentes às atividades prestadas, res-pondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive, sujeito (s) ao cancelamento deste documento.

RENOVAÇÃO LICENÇA comunicado de Deferimen Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba Secretaria de Saúde Departamento de Proteção aos Riscos e Agravos à Saúde

CNPJ / CPF: \*\*\*\*429\*\*\*\*\*\*\*
Endereço; RUA JOÃO GAMA, № 116 - SALA 03 - VILLA BORGUESE Município:PINDAMONHANGABA CEP:12.410-260 .UF:.SP
Resp.Legal: PATRICIA SARIEGO ESPER
Resp.Técnico: PATRICIA SARIEGO ESPER
CBO:....... - Conselho Profissional: (CRM) - № Inscrição: 198.481. - UF:SP

ANDRÉ MARCOS PERFIRA DIRETOR VIGILÂNCIA SANITÁRIA O(s) responsável (eis) assume (m) a obrigação de cumprir a legislação vi-gente e observar as boas práticas referentes às atividades prestadas, res-pondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive, sujeito (s) ao cancelamento deste documento.

Comunicado de Deferimento Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba Secretaria de Saúde Departamento de Proteção aos Riscos e Agravos à Saúde

VIGILÂNCIA SANITÁRIA - CONTROLE DE PUBLICAÇÃO Nº 35/25 N° Protocolo: 42.208/25..... N° CEVS: 353800601-477-000201-1-7... .....Data Protocolo: 19/ 05 /2025 ......Data Validade: 30/ 10 /2026 Nº CEVS: 353800601-477-000201-1-7 ............Data Validade: 30/ 10/2020 Razão Social: RAIA DROGASIL SA CNPJ / CPF-61.585.865/2837-81 Endereço: AV DOUTOR FRANCISCO LESSA JUNIOR № 1.900 -LESSA Município: PINDAMONHANGABA ... CEP:12.422-531 ... UF:.SP Resp. Legal: RENATO CEPOLLINA RADUAN Resp. Legal: RENATO CEPOLLINA RADUAN Resp. Técnico: GABRIELA GREGÓRIO FARIA CBO:....... - Conselho Profissional: (CRF) - № Inscrição: 82855 - UF:SP

O (a) Diretor (a) DEFERE em 30 / 10 /2025 a solicitação supracitada. ANDRÉ MARCOS PEREIRA DIRETOR VIGILÂNCIA SANITÁRIA

O(s) responsável (eis) assume (m) a obrigação de cumprir a legislação vi-gente e observar as boas práticas referentes às atividades prestadas, res-pondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências ficando inclusive, sujeito (s) ao cancelamento deste documento.

Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba Secretaria de Saúde Departamento de Proteção aos Riscos e Agravos à Saúde

RENOVAÇÃO LICENÇA EQUIPAMENTO Comunicado de Deferimento

Faz saber que: VIGILÂNCIA SANITÁRIA - CONTROLE DE PUBLICAÇÃO Nº 41/25

O (a) Diretor (a) DEFERE em 30 / 10 /2025 a solicitação supracitada. ANDRÉ MARCOS PEREIRA DIRETOR VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RENOVAÇÃO LICENÇA

O(s) responsável (eis) assume (m) a obrigação de cumprir a legislação

vigente e observar as boas práticas referentes às atividades prestadas respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive, sujeito (s) ao cancelamento deste documento.

Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba Secretaria de Saúde Departamento de Proteção aos Riscos e Agravos à Saúde Faz saber que: VIGILÂNCIA SANITÁRIA - CONTROLE DE PUBLICAÇÃO Nº 39/25

ENDOTOPE: 716. 27 Endereço: RUA MAJOR JOSÉ DOS SANTOS MOREIRA, Nº 656 - SÃO BENEDITO Municipio: PINDAMONHANGABA CEP: 12410-9050 UF: SP Resp.Legal:ROSANA MONTEIRO GUIMARÃES Resp.Técnico: ROSANA MONTEIRO GUIMARÃES CBO:...... - Conselho Profissional: (CRO) - Nº Inscrição : 59677 - UF:SP O (a) Diretor (a) DEFERE em 30 / 10 /2025 a solicitação supracitada

ANDRÉ MARCOS PEREIRA DIRETOR VIGILÂNCIA SANITÁRIA O(s) responsável (eis) assume (m) a obrigação de cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes às atividades prestadas, res-

pondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências ficando inclusive, sujeito (s) ao cancelamento deste documento.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO - SMOP DEO - DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARTICULARES

ENDEREÇO: RUA IRMÃ DULCE, 98, MANTIQUEIRA, CEP: 12.446-370 PINDAMONHANGABA/SP

TN Tribuna do Norte

REF.: NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR N°53511 / REGULARIZAÇÃO

P, TODAS AS EDIFICAÇÕES SÃO PASSÍVEIS DE FISCALIZAÇÃO POR PARTE DA PREFEITURA E DEVERÃO ATENDER, NAQUILO QUE COUBER, ÀS DISPOSIÇÕES EXPRESSAS NESTA LEI OU EM LEGISLAÇÕES CORRELATAS APLICÁVEIS (MUNICIPAIS ESTADUAIS E FEDERAIS). SENDO OBRIGATÓRIO MANTER NO LOCAL DAS EDIFICAÇÕES: PROJETO APROVADO E ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO, APROVADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL PARA ACOMPANHAMENTO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO BEM COMO PLACA INFORMATIVA COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA OBRA E O NÚMERO DO ALVARÁ. DESSA FORMA, OS TITULARES DISPÕEM DO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, IMPRORROGÁVEIS, A CONTAR DA NOTIFICAÇÃO, PARA PROVIDENCIAREM A UMENTAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 169 DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.(LC Nº80/2024)

CONSIDERANDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE LC Nº 80/2024. EM SEU ARTIGO 166. §§ 1º A

SMOP|DF0

FRANCISCO CARLOS SANTÍSSIMO
CHEFE DA FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARTICULARES



ENDEREÇO: RUA IRMÃ DULCE, 94, MANTIQUEIRA, CEP: 12.446-370 PINDAMONHANGABA/SP

REF.: NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR N°53510 / REGULARIZAÇÃO

NOTIFICAÇÃO CONSIDERANDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE LO Nº 80/2024 EM SELLARTIGO 166 88 1º A

4°, TODAS AS EDIFICAÇÕES SÃO PASSÍVEIS DE FISCALIZAÇÃO POR PARTE DA PREFEITURA E DEVERÃO ATENDER NAQUILO QUE COUBER ÀS DISPOSIÇÕES EXPRESSAS NESTA LEI OU EM LEGISLAÇÕES CORRELATAS APLICÁVEIS (MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS), SENDO OBRIGATÓRIO MANTER NO LOCAL DAS EDIFICAÇÕES: PROJETO APROVADO E ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO, APROVADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL PARA ACOMPANHAMENTO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO BEM COMO PLACA INFORMATIVA COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA OBRA E O NÚMERO DO ALVARÁ. DESSA FORMA, OS TITULARES DISPÕEM DO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS IMPROPROGÁVEIS A CONTAR DA NOTIFICAÇÃO PARA PROVIDENCIAREM A DOCUMENTAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 169 DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.(LC Nº80/2024)

> FRANCISCO CARLOS SANTÍSSIMO CHEFE DA FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARTICULARES SMOPIDFO

PINDAMONHANGABA. 07 DE NOVEMBRO DE 2025

Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba Secretaria de Saúde
Departamento de Proteção aos Riscos e Agravos à Saúde

Faz saber que: VIGILÂNCIA SANITÁRIA - CONTROLE DE PUBLICAÇÃO Nº 36/25 

O (a) Diretor (a) DEFERE em 30 / 10 /2025 a solicitação supracitada. ANDRÉ MARCOS PEREIRA DIRETOR VIGILÂNCIA SANITÁRIA

O(s) responsável (eis) assume (m) a obrigação de cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes às atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive, sujeito (s) ao cancelamento des

LICENÇA INICIAL Comunicado de Deferimento

Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba Secretaria de Saúde Departamento de Proteção aos Riscos e Agravos à Saúde

Faz saber que: VIGILÂNCIA SANITÁRIA - CONTROLE DE PUBLICAÇÃO Nº 37/25 

BURGUESE Município:PINDAMONHANGABA Município:PINDAMONHANGABA Resp.Legal: KATIA DUARTE MONTEIRO Resp.Técnico: KATIA DUARTE MONTEIRO -CBO.: - Conselho Profissional: (CRO) - № Inscrição: 132.354 - UF:SP O (a) Diretor (a) DEFERE em 30 / 10 /2025 a solicitação supra-

ANDRÉ MARCOS PEREIRA DIRETOR VIGILÂNCIA SANITÁRIA

O(s) responsável (eis) assume (m) a obrigação de cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes às atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive, sujeito (s) ao cancelamento deste documento.

CANCELAMENTO DO CEVS Comunicado de Deferimento Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba Secretaria de Saúde Departamento de Proteção aos Riscos e Agravos à Saúde

Faz saber que: VIGILÂNCIA SANITÁRIA - CONTROLE DE PUBLICAÇÃO Nº 38/25 № Protocolo: 63.850/25 ................Data Protocolo: 2 Tipo da Solicitação: Cancelamento de Licença Sanitária № CVS: 353800601- 477-00093-1-8 NT-UVS. 33300001-47/-200093-1-0 Razão Social:F.M.A DE ALMEIDA FERRAZ & CIA LTDA - ME CNPJ / CPF: 10.657.974/0002-87 Endereço: RUA DOS EXPEDICIONÁRIOS, N° 86 - CENTRO Município: PINDAMONHANGABA CEP12.400-370 Município: PINDAMONHANGABA CEP12.400-370 UF: SP. Resp. Legal: FERNANDA MARIA ANDRADE DE ALMEIDA Resp. Técnico: ROSANGELA APARECIDA FELIPE CBO:........ - Conselho Profissional: (CRF) - № Inscrição: 108576 - UF: SP

ANDRÉ MARCOS PEREIRA DIRETOR VIGILÂNCIA SANITÁRIA O(s) responsável (eis) assume (m) a obrigação de cumprir a legislação vi-gente e observar as boas práticas referentes às atividades prestadas, res-pondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive, sujeito (s) ao cancelamento deste documento.

Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba

Departamento de Proteção aos Riscos e Agravos à Saúde Faz saber que: VIGILÂNCIA SANITÁRIA - CONTROLE DE PUBLICAÇÃO Nº 39/25 

ENGENHEIRO LUIZ DUMONT VILLARES NÚMERO: km | 2-vio in Aleurie | Municipio: PINDAMONHANGABA CEP: 12422-900 UF: SP | Resp.Legal: LUIS FERNANDO DE CARVALHO CORREA CRM: 49.071/SP Resp. Técnico: VANESSA DIAS GIALLUCA

O (a) Diretor (a) DEFERE em 30 / 10 /2025 a solicitação supracitada

O(s) responsável (eis) assume (m) a obrigação de cumprir a legislação vi-gente e observar as boas práticas referentes às atividades prestadas, res-pondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive, sujeito (s) ao cancelamento deste documento.

LICENÇA INICIAL Comunicado de Deferimento

Faz saber que: VIGILÂNCIA SANITÁRIA - CONTROLE DE PUBLICAÇÃO Nº 40/25

O (a) Diretor (a) DEFERE em 30/10/2025 a solicitação supracitada.

O(s) responsável (eis) assume (m) a obrigação de cumprir a legislação vi gente e observar as boas práticas referentes às atividades prestadas, res pondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências ficando inclusive, sujeito (s) ao cancelamento deste documento.

ANDRÉ MARCOS PEREIRA DIRETOR VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RENOVAÇÃO LICENÇA Comunicado de Deferimen

O (a) Diretor (a) DEFERE em 30/ 10 /2025 a solicitação supracitada

CBO:.... - Conselho Profissional: (CRM) - Nº Inscrição : 110007- UF:SP

ANDRÉ MARCOS PEREIRA DIRETOR VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba Departamento de Proteção aos Riscos e Agravos à Saúde